



## A Pedagogia do Armário e a Saúde Mental de Adolescentes Escolares Diante das Questões de Gênero e Sexualidade<sup>1</sup>

### *The Pedagogy of the Closet and the Mental Health of School Adolescents Regarding Gender and Sexuality Issues*

**Leonardo Agostinho da Silva**

*Mestre em Educação pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.*

**Victor Hugo de Oliveira Santos**

*Especialista em Mídias da Educação pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.*

**Resumo:** A discussão de gênero e sexualidade se configura como um tabu muito forte na sociedade. A escola como instituição precisa compreender seu papel como construtora de conhecimentos e não como machista, misógina, homofóbica, heteronormativa, compreensões que a “pedagogia do armário” compartilha e potencializa no contexto escolar. O objetivo desse estudo visa compreender como as questões de gênero e sexualidade interferem na saúde mental de crianças e adolescentes escolares. Trata-se de revisão bibliográfica, realizada nos bancos de dados Scielo e Google Acadêmico, durante o mês de abril a maio. Os resultados evidenciaram que a escola ainda pauta suas ações na heteronormatividade, vigiando e controlando os sujeitos. As características normatizadora, excludente e discriminatória são potencializadas pela “pedagogia do armário” que reforça o apagamento das diferenças. Sobretudo, as questões de gênero e sexualidade quando não trabalhadas pela escola, geram adoecimento mental em crianças e adolescentes, que não se encaixa na lógica heteronormativa. Por fim, é importante enfatizar que as instituições educativas, independentemente dos níveis de ensino, ampliem o diálogo e promovam práticas educativas com vistas ao enfraquecimento dessa lógica, possibilitando uma educação desconstrutiva, reconhecedora das diferenças e valorização das narrativas plurais.

**Palavras-chave:** adolescentes; saúde mental; escola; gênero e sexualidade.

**Abstract:** Discussions of gender and sexuality are highly taboo in society. Schools, as institutions, need to understand their role as constructors of knowledge, not as sexist, misogynistic, homophobic, or heteronormative, perceptions that the “closet pedagogy” shares and reinforces in the school context. The objective of this study is to understand how issues of gender and sexuality impact the mental health of schoolchildren and adolescents. This is a literature review conducted in the SciELO and Google Scholar databases from April to May. The results showed that schools still base their actions on heteronormativity, monitoring and controlling individuals. The normative, exclusionary, and discriminatory characteristics are exacerbated by the “closet pedagogy,” which reinforces the erasure of differences. Above all, issues of gender and sexuality, when not addressed by schools, lead to mental illness in children and adolescents, which does not fit within the heteronormative logic. Finally, it is important to emphasize that educational institutions, regardless of the level of education, expand dialogue and promote educational practices aimed at weakening this logic, enabling a

*1 O presente estudo foi fruto do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Especialização em Enfermagem em Pediatria e Saúde Mental, da Faculdade Venda Nova do Imigrante.*

deconstructive education that recognizes differences and values plural narratives.

**Keywords:** adolescents; mental health; school; gender and sexuality.

## INTRODUÇÃO

Os debates sobre gênero e sexualidade tem se configurado um campo de inúmeros conflitos sociais. Quando abordados, são atravessados por um discurso binário e heteronormativo, rotineiramente concebidos sob uma perspectiva biológica e reprodutivista (Moita-Lopes, 2008). E mesmo com mínimos avanços no rompimento dessa concepção, observa-se ainda, uma significativa fuga e distanciamento da temática por diversos equipamentos sociais.

A escola, enquanto instituição social que tem como papel contribuir no processo de formação ética, humana, política, cultural e social dos estudantes, configura-se como um dos principais palcos de apagamento das diferenças e reprodução de preconceitos. Quando se trata das questões de gênero e sexualidade, por vezes, professores, diretores, coordenadores e outros, optam pela inviabilização das temáticas, reforçando a manutenção de um silêncio que é sutil e opressor.

Nesse contexto, Guacira Louro (1997) chama atenção para o fato de que, independentemente de o sujeito assumir ou não tal discussão, as manifestações de gênero e sexualidade permanecem vivas e intensas nos corpos, nos espaços escolares, nas pichações, nos códigos e enigmas que circulam entre os estudantes. Tais expressões são utilizadas como atos políticos e formas de denúncia frente à discriminação, misoginia, bifobia, homofobia e transfobia.

A escola, portanto, opera sob uma lógica normatizadora e disciplinadora, buscando estabelecer um perfil padrão de estudante, com vistas ao controle dos corpos, ações e comportamentos. Essa tentativa de vigilância dos sujeitos configura-se como eixo central daquilo que Rogério Diniz Junqueira, denominou “pedagogia do armário”, a qual “se estende e produz efeitos sobre todos(as)” (Junqueira, 2013, p. 485).

Esse controle, provocado pela pedagogia do armário, expõe os estudantes que não se encaixam nos padrões normativos e que, frequentemente, recebem mensagens de violência, preconceito e discriminação, expressas nas paredes dos banheiros, calçadas, praças e cadeiras. Conforme Junqueira (2013, p. 486), essas crianças e adolescentes ao sofrerem com tais atitudes, “tornam-se, então, alvo de escárnio coletivo sem antes se identificarem como uma coisa ou outra”.

Uma vez que, tenso suas vozes silenciadas e corpos controlados, são impedidos de manifestar suas identidades ou orientações sexuais. Logo, tais sujeitos sentem-se oprimidos e expostos a uma série de adoecimentos físicos e mentais, como ansiedade, depressão, crises de pânico, automutilação e, em casos mais graves, ideação suicida e/ou sua consumação.

Diante desse cenário, surge o seguinte questionamento: de que forma as questões de gênero e sexualidade afetam a saúde mental de crianças e adolescentes

escolares? E como desdobramento, propõe-se a seguinte subquestão: qual a participação da “pedagogia do armário” nesse processo?

Como as questões de gênero e sexualidade percorrem por todos os espaços sociais e que estamos envolvidos nelas, queiramos ou não, pressupõe-se que a pedagogia do armário configura-se como um fenômeno que intensifica o apagamento dessa temática do currículo, dos projetos e práticas educativas, além de gerar impactos negativos sobre a saúde mental de adolescentes escolares que não se enquadram no perfil da heteronormatividade.

Diante disso, propõe-se este estudo que tem como objetivo conhecer a produção científica sobre as temáticas de gênero e sexualidade sob a ótica da saúde mental e contexto escolar, apontando os principais aspectos encontrados e aqueles que permanecem silenciados ou pouco explorados. Além do mais, busca-se dialogar com a pedagogia do armário explanada por Rogério Diniz Junqueira, na tentativa de criar interfaces para um debate problematizador e reflexivo.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica, reflexiva e problematizadora. O objetivo geral busca compreender como as questões de gênero e sexualidade interferem na saúde mental de estudantes no contexto escolar. Como objetivos específicos busca-se: identificar como as relações de gênero e sexualidade se relacionam com a saúde mental de estudantes; problematizar e refletir sobre os efeitos da pedagogia do armário na saúde mental desses sujeitos.

Sendo assim, esta pesquisa poderá contribuir significativamente para os campos da educação e da saúde, sobretudo no que se refere à saúde mental, pois permitirá uma aproximação e aprofundamento teórico sobre a temática percorrida. Sem deixar de mencionar que é uma pauta de grande relevância social no contexto sociopolítico em que vivemos e fundamental para a formação humana e social de estudantes, ao fomentar a discussão sobre o respeito e acolhimento das diferenças.

## DESENVOLVIMENTO

Trata-se de um estudo de revisão bibliográfica, com a finalidade de obter dados por meio da análise de diferentes pesquisas e que adotaram distintas metodologias. A escolha dessa abordagem nos permitiu uma avaliação crítica, reflexiva e problematizadora, a partir das evidências disponíveis sobre o tema em questão.

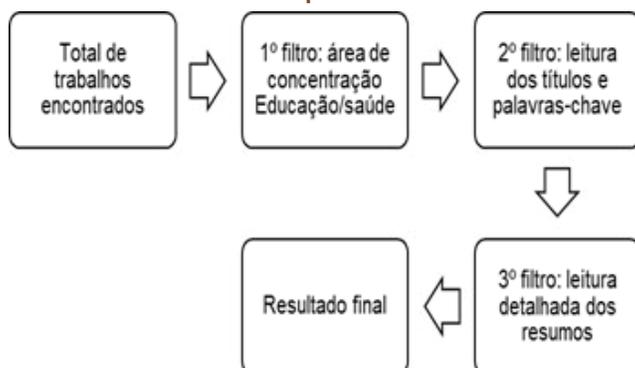
Para tanto, o desenvolvimento desta pesquisa se deu nos meses de abril a maio do ano de 2021, utilizando os descritores: gênero e sexualidade, escola e saúde mental. As buscas se deram na base de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Google Acadêmico. No primeiro momento, foram utilizados os descritores no portal Scielo: gênero, sexualidade, escola e saúde mental. Em seguida, no portal Google Acadêmico, aplicaram-se os descritores gênero, sexualidade e escola.

Os critérios de inclusão adotados para orientar a seleção das publicações foram: estudos publicados na íntegra nas bases de dados já citadas; publicados em língua portuguesa; com período de publicação entre 2011 e 2021, de modo a contemplar as evidências científicas referentes aos últimos dez anos no Brasil. Como

critérios de exclusão, foram descartadas as publicações que não se encontravam disponíveis em texto completo (apenas resumo); aquelas que não apresentavam aderência ao objeto de estudo, bem como os trabalhos que disponibilizavam o texto completo, mas apresentavam erro de link ou indisponibilidade de acesso.

A figura 1 explicita as etapas cumpridas no processo de busca e seleção dos trabalhos que compõem o material de análise desta pesquisa.

**Figura 1: Fluxograma que ilustra as etapas para a seleção do material empírico.**



**Fonte: Elaborada pelos autores, 2021.**

Após a realização do procedimento de coleta do material empírico, chegou-se a uma amostra de 10 (dez) trabalhos. Da base de dados SciElo, foram selecionados 7 (sete) trabalhos, enquanto do Google Acadêmico foram incluídos um total de 3 (três) estudos.

Após a realização do procedimento de coleta do material empírico, chegou-se a uma amostra composta por 10 (dez) trabalhos. Da base de dados SciELO foram selecionados 7 (sete) estudos, enquanto do Google Acadêmico foram incluídos 3 (três) trabalhos.

Com vista a facilitar a compreensão e organização dos dados, elaborou-se o Quadro 1, no qual são apresentados os seguintes elementos de cada estudo: título, nome completo dos autores seguido do ano de publicação, base de dados e revista/periódico de origem, finalizando com o objetivo principal de cada pesquisa.

Durante a construção do texto, os trabalhos serão referenciados em itálico, utilizando apenas o sobrenome da/o autora/or. Essa escolha visa respeitar os discursos e posicionamentos de gênero assumidos nas produções originais, uma vez que os nomes completos já se encontram identificados no quadro explicativo

Após a realização do procedimento de coleta do material empírico, chegou-se a uma amostra composta por 10 (dez) trabalhos. Da base de dados SciElo foram selecionados 7 (sete) estudos, enquanto do Google Acadêmico foram incluídos 3 (três) trabalhos.

Com vista a facilitar a compreensão e organização dos dados, elaborou-se o quadro 1, no qual são apresentados os seguintes elementos de cada estudo:

título, nome completo dos autores seguido do ano de publicação, base de dados e revista/periódico, finalizando com o objetivo principal de cada pesquisa.

**Quadro 1: Levantamento das características do material selecionado para análise.**

<b>Título/Autoras(es) / Ano</b>	<b>Portal / Periódico</b>	<b>Objetivo</b>
1. As (des)construções de gênero e sexualidade no recreio escolar/ Wenetz; Stigger; Meyer, 2013.	SciElo / Rev. Bras. Educ. Fís. Esporte	Compreender como são atribuídos significados de gênero que e constituem modos diferenciados de ser menino ou menina no espaço do recreio de uma escola pública de Porto Alegre, no Brasil.
2. Construções de Sentido sobre a Diversidade Sexual: Outro Olhar para a Educação Infantil/ Ciribelli; Rasera, 2019.	SciElo /Psicologia: Ciência e Profissão	Compreender como ocorrem as construções de sentido sobre a diversidade sexual no contexto da educação infantil.
3. A homofobia na escola e as consequências psicossociais/ Moura; Emérito, 2011.	Google Acadêmico/ Revista FSA	O presente trabalho teve como objetivo realizar uma revisão de literatura sobre a homofobia na escola, buscando mostrar de que forma ela é expressada no ambiente escolar e quais membros da comunidade escolar manifestam mais atitudes homofóbicas.
4. Vozes abjetas: a trajetória escolar de um grupo de pessoas transexuais do interior de São Paulo/ Amorim; Brancaleoni, 2019.	Google Acadêmico/ Cadernos CIMEAC	Construir compreensões acerca das trajetórias escolares de um grupo de pessoas transexuais do Interior do Estado de São Paulo.
5. Transexualidade: as consequências do preconceito escolar para a vida profissional/ Souza; Bernardo, 2014.	Google Acadêmico/ Revista Bagoas	Compreender como se dá a inserção de mulheres transexuais no mercado de trabalho formal e informal, procurando identificar os principais desafios enfrentados e os impactos da atividade laboral sobre a vida cotidiana dessas mulheres.
6. Concepções homofóbicas de estudantes do ensino médio/ Rondini; Filho; Toledo, 2017.	SciElo/ Psicologia USP.	Conhecer opiniões de estudantes do ensino médio sobre a homossexualidade, para podermos analisar em quais crenças e discursos eles se pautam para emitir opiniões homofóbicas.

<b>Título/Autoras(es) / Ano</b>	<b>Portal / Periódico</b>	<b>Objetivo</b>
7. Reflexões sobre homofobia e educação em escolas do interior paulista/ Teixeira-Filho; Rondini; Bessa, 2011.	SciElo / Educação e Pesquisa	Reflete-se sobre o quanto @s participantes da pesquisa reproduzem e reforçam, no espaço escolar, os discursos hegemônicos de controle das sexualidades pautados na tentativa de fazer prevalecer a heterossexualidade como a única forma de inteligibilidade sexual, em detrimento de outras formas de manifestação da sexualidade.
8. Percepção de professoras de ensino médio e fundamental sobre a homofobia na escola em Santa Maria (Rio Grande do Sul/Brasil)/ Borges et al., 2011.	SciElo / Educar em Revista	Problematizar a questão da homofobia nas escolas de Santa Maria, à luz de uma teoria que já enfoca a questão, bem como busca algumas raízes do pensamento e da prática homofóbicos.
9. Homossexualidade, homofobia e a agressividade do palavrão. Seu uso na educação escolar/ Roselli-cruz., 2011.	SCIELO/ Educar em Revista	Verificar o uso do palavrão, a ofensa e a conotação expressa e entendida, mais especificamente referente a mecanismos de homofobia entre adolescentes na escola
10. Representações de docentes acerca da diversidade sexual e homofobia/ Souza; Silva; Santos, 2017.	SciElo / Estudos Feministas	Analisar as representações sociais de educadores/as do ensino fundamental maior e médio acerca da diversidade sexual e da homofobia.

**Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.**

O tratamento dos dados foi baseado na técnica de análise de conteúdo, a partir da construção de categorias temáticas. Tais agrupamentos são definidos a partir de características comuns entre os elementos, o que permite a construção/ transformação dos dados brutos em informações estruturas, interpretadas e analisada de forma crítica (Bardin, 2009).

## **A “PEDAGOGIA DO ARMÁRIO” E A SAÚDE MENTAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ESCOLARES**

### **Tudo Bem Ser Quem Você é, Mas Sem Dar Pinta<sup>2</sup>! O Que Nos Diz A “Pedagogia do Armário”?**

A escola configura-se como um espaço de vigilância e regulação dos corpos de todos os sujeitos que nele circulam: estudantes, professores, diretores, equipe de

*2 O uso dessas expressões nos subtítulos é resultado da observação dos discursos mais comuns manifestados por pessoas que se opõem a discussão de gênero e diversidade sexual nos múltiplos espaços, principalmente a escola.*

técnicos, profissionais da limpeza e cozinha, entre outros. Por meio de atos e ações reprodutivistas e legitimadoras, buscam estabelecer uma ordem escolar sustentada por discursos, valores e comportamentos heteronormativos e heterossexualizadores (Junqueira, 2012a).

De acordo com Foucault (1977) esse ato de vigiar atua na conformação dos sujeitos, limitando a liberdade, de modo que, produção de subjetividades são ajustadas a um padrão social dominante. A partir disso, aqueles que não se enquadram no perfil normativo estabelecido, por vezes, são rechaçados e excluídos, o que pode levá-los, ao abandono dos estudos e conseqüentemente e procura por outros meios de sobrevivência.

Nesse sentido, a escola, além de normatizadora, também é seletiva e excludente. Com isso, crianças e adolescentes que fogem dos padrão considerado “normal”, são facilmente identificados e, por conta disso, tornam-se alvos de agressões físicas, verbais e psicológicas.

Há, portanto, uma pressão para esses ditos que são rotulados como “anormais”, não se expressem, não anunciem quem são, não defendam suas pautas e tampouco vivam suas próprias identidades. Como aponta Louro (1997), mesmo quando silenciadas, as expressões de gênero e sexualidade permanecem vivas nos corpos, nos espaços e nas interações escolares, revelando tensões entre o desejo de pertencimento e a imposição da norma.

Esse conjunto de ações voltadas àqueles que são diferentes do perfil heteronormativo, instaura um campo de tensões e embates constantes, cujo objetivo é torná-los invisíveis e com isso impossibilitá-los de manifestar seus desejos, sentimentos, expressões corporais, bem como suas identidades, sobretudo, que denunciem e exponham os arquétipos excludentes da escola e da sociedade.

Segundo Junqueira (2013; 2015), essa conformação é típica da experiência do “armário”, que se expressa por meio de um viés permissivo porém regulatório na qual “está tudo bem ser quem você é, mas sem dar muita pinta”. Essa articulação discursiva se configura como aquilo que o autor denominou de pedagogia do armário, “que se estende e produz efeitos sobre todos(as)” (Junqueira, 2013, p. 385). Sobre essa pedagogia o autor ainda pontua:

Na pedagogia do armário, constituída de dispositivos e práticas curriculares de controle, humilhação, silenciamento, invisibilização, ocultação e não nomeação que agem como forças heterorreguladoras de dominação simbólica, deslegitimação de corpos, sujeitos, saberes, práticas e identidades, e de subalternização, marginalização, estigmatização e exclusão (Junqueira, 2013, p. 492).

Por meio dessa pedagogia do armário, as questões relacionadas às diferenças de gênero e sexualidade são excluídas do currículo e das práticas educativas escolares. Trata-se de uma tentativa de apagamento, que só reforça a exclusão e a invisibilização. Conforme complementa o autor em discussão “parece residir inclusive na sua capacidade de garantir a não-nomeação de suas violências,

o silenciamento de seus alvos e o apagamento de seus rastros” (Junqueira, 2015, p. 235).

Por as escolas não assumirem essa discussão, muitas vezes são as instituições de ensino ligadas à saúde é que promovem ações educativas no contexto escolar. O problema é que, constantemente, essas instituições atuam sob concepções assistencialistas e higienistas, ou seja, enfatizam apenas no modelo biologicista/naturalizante a respeito da sexualidade. Vale destacar que, mesmo que involuntariamente, podem reforçar ainda mais o preconceito e a discriminação já presentes no ambiente escolar.

Ao explicitar melhor sobre esse dispositivo da pedagogia do armário Junqueira (2013, p. 493-494) diz que:

A pedagogia do armário, portanto, não fica circunscrita a um mero conjunto de práticas (in)formais por meio das quais preconceitos (hetero)sexistas e homofóbicos são cultivados e transmitidos, levando estudantes a não se assumirem enquanto homossexuais. mais do que isso, ela diz respeito a processos amplos, sutis, complexos e profundos ao longo dos quais cada sujeito do espaço escolar é implicado.

Por fim, entende-se que a pedagogia do armário, quando posta em ação, a partir da lógica sexo-gênero, segrega, exclui, estigmatiza, hierarquiza as relações pessoais e interpessoais. Sobretudo, contribui para a fixação da identidades dos estudantes, desestabilizando sentimentos, emoções e subjetivações. Além disso, produz atos preconceituosos e promove o apagamento das diferenças, sustentada por privilégios e estruturas heteronormativas e heterossexistas que entrelaçam o cotidiano escolar

## **Não Tenho Preconceito, Só Acho Que Não é Normal! A Saúde Mental de Adolescentes Escolares Diante das Questões de Gênero e Sexualidade**

Nesta seção, propõe-se um debate reflexivo a partir da análise dos materiais obtidos por meio do levantamento bibliográfico, com foco na interface entre gênero, sexualidade e saúde mental de estudantes no contexto escolar.

O estudo de Wenez, Stigger e Meyer (2013) evidencia que, durante o recreio, as crianças não são livres para desfrutar do momento, pois não brincam juntas, tampouco exploram todos os espaços ou escolhem livremente como gostariam de brincar. Em suma, as brincadeiras são demarcadas por questões de gênero, de modo que, meninos e meninas realizam atividades distintas, revelando o recreio como espaço marcado por normas implícitas que regulam comportamentos e intenções.

Nesse mesmo sentido Silva e Soares(2013, p. 93), apontam que as normas e rotinas escolares, tratando-se do uso do tempo e dos espaços, contribuem para hajam divisões internas dentro da instituição, estabelecendo fronteiras entre os

“adultos, as crianças e jovens, os ricos e os pobres, os ‘normais’ e os ‘desviantes’, os meninos e as meninas”. Tais divisões não servem apenas para organizar o cotidiano escolar, mas criar hierarquias tanto sociais quanto identitárias que impactam significativamente na construção das subjetividades estudantis.

Moura e Hemérito (2011), por sua vez, identificam que os preconceitos homofóbicos criados e reproduzidos nas escolas e em outras instâncias sociais operam na tentativa de instituir e fortalecer a heteronormatividade. Logo, há sim, uma rejeição em relação as diferenças sexuais na escola, reforçando silenciamento das identificações subjetivas e contribuindo para o agravamento do sofrimento psíquico desses estudantes, que não entendem a escola como um espaço seguro e acolhedor.

Os autores ainda destacam que a escola atua como vigilante da sexualidade, funcionando como reprodutora de preconceitos e opiniões pautadas no senso comum. Com isso, a disseminação do preconceito e discriminação são travestidos de naturalidade. Vejamos no fragmento a seguir.

Alunos que se identificam ou são identificados como homoafetivos são comumente discriminados, isolados e tratados como pessoas de moral desviante e doentes por uma parte significativa dos sujeitos que frequentam o ambiente escolar (Moura; Hemérito, 2011, p. 358).

O estudo de Teixeira-Filho, Rondini e Bessa (2011) revelou que a escola reproduz preconceitos e estereótipos sexistas que, em especial àqueles que não se encaixam na lógica da heteronormatividade. Na visão dos autores, há uma tentativa institucional de consolidar uma verdade compulsória em relação as sexualidades, o que restringe a manifestação plural de experiências e identidades.

Para Rondini, Filho e Toledo (2017), o preconceito e a ignorância presentes nas escolas dificultam o acesso dos estudantes a informações qualificadas e o ao debate crítico e inventivo sobre gênero e sexualidade. Tal cenário pode ser explicado pela escassez e fragilidade na implementação de políticas públicas educacionais, que em sua maioria, não preconizam ações voltadas à minimização da homofobia, transfobia e lesbofobia no cenário escolar.

Vale salientar que as ideias que atravessam o cotidiano escolar, impregnadas de heteronormatividade, preconceito e discriminação contra pessoas LGBTQUIA+<sup>3</sup>, não surgem do nada. Elas refletem os valores que ainda predominam na sociedade, moldados por estruturas históricas de machismo, misoginia e patriarcalismo. A escola, longe de ser um espaço neutro, acaba reproduzindo essas lógicas, muitas

*3 Organizações internacionais como a ONU e a Anistia Internacional adotam a sigla “LGBT” (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais). Dentro do movimento propriamente dito, as siglas podem variar (algumas organizações usam LGBT, outras LGTB, outras LGTBQ...). Atualmente, a versão mais completa da sigla é LGTBQIA+. Segue p significado de cada letra L: Lésbicas; G: Gays; B: Bissexuais; T: Travestis, Transexuais e transgênero; P: Pansexuais; Q: Queer; I: Intersex; A: Assexuais; +: Sinal utilizado para incluir pessoas que não se sintam representadas por nenhuma das outras sete letras (Fonte: <https://www.politize.com.br/quem-somos/>)*

vezes sem perceber.

Nesse cenário, discursos e práticas institucionais reforçam e naturalizam essas concepções, tornando-as legítimas aos olhos de muitos. A heterossexualidade compulsória, como aponta Junqueira (2012a), se impõe como norma, centralizando a tríade sexo-gênero-sexualidade e apagando outras possibilidades de existência. É como se tudo que fugisse desse padrão fosse visto como desvio, e isso, para muitos adolescentes, significa viver em silêncio, medo e sofrimento.

Essas marcas da normatividade acabam oprimindo e apagando as diferentes identidades e subjetividades dos corpos dos sujeitos que não se encaixam nessa ordem compulsória. Como consequência, esses indivíduos sofrem pressão da escola, do grupo de amigos, da igreja e, sobretudo, da família.

Esse cenário torna evidente que as discussões sobre gênero e sexualidade são complexas e emergentes, de modo que se faz necessário ultrapassar os muros da escola, exigindo abordagens intersetoriais, voltadas inclusive para a manutenção da saúde mental desses estudantes, sobretudo, com a promoção da equidade e reconhecimento das diferenças.

Sob essa pressão constante, muitos estudantes acabam mergulhando em sofrimento psíquico, desenvolvendo, principalmente, quadros de ansiedade e depressão, comprometendo transgêneros tendo assim, a sua saúde mental. Alinhando esse problema ao o medo, a discriminação e a violência contribui para que em, muitos casos, os estudantes não só abandonem os seus estudos, mas também tenham seus vínculos entre amigos, familiares e até a própria escola, fragilizados.

Já no estudo de Amorim e Brancaloni (2019), essa realidade se revela mais dura para as trajetórias escolares de pessoas transgêneros, marcadas por preconceito e discriminação, tanto nas relações com os colegas quanto com a equipe pedagógica. A pesquisa de Souza e Bernardo (2014) aponta algo ainda mais agravante: que a vivência escolar de crianças e adolescentes transgêneros, além de ser atravessada por sofrimento e angústia, parece constituir o ponto de origem de muitas das dificuldades enfrentadas na vida adulta.

De fato, a sociedade ainda se mostra muito preconceituosa. Como exemplo pode-se citar o momento que um jovem ou uma jovem transgênero vai buscar trabalho, frequentemente são barrados na portaria dos estabelecimentos, sem sequer terem a possibilidade de realizar uma entrevista. Tais atitudes são justificadas, de forma explícita, pela simples razão de tais sujeitos assumirem suas identidades e fugirem da norma importa socialmente.

A escola, enquanto instituição composta por gestores, professores, equipes técnicas, na maioria das vezes, em vez de promover o respeito e acolhimento às diferenças, acaba reproduzindo práticas excludentes. Sobre essa discussão, Junqueira (2012a), cita um exemplo que se um professor se recusa a chamar uma estudante travesti pelo seu nome social, está não apenas negando sua identidade, mas ensinando aos alunos a reproduzirem de igual modo. Ainda o autor cita que

Na escola, negar o direito do uso do banheiro conforme a identidade de gênero de alguém (e não necessariamente segundo seu sexo biológico) corresponde a negar-lhe o direito à educação. Quem não pode ir ao banheiro não pode permanecer na escola (JUNQUEIRA, 2012a, p. 297).

O grande problema é que o processo de escolarização constitui um dos elementos importantes para a ascensão social. Quando pessoas são afastadas da escola de forma precoce, enfrentam dificuldades significativas, inclusive para acessar o mercado de trabalho formal. Nesses casos, muitas acabam recorrendo à prostituição, ficando mais expostas a riscos físicos, como espancamentos e agressões com objetos, bem como riscos mentais, por exemplo, ansiedade e depressão.

Estudos indicam que a prevalência de sofrimento psíquico entre crianças e adolescentes brasileiros varia de 8% a 51%, e mundialmente, podendo chegar em torno dos 20%. Vale ressaltar que área da saúde mental na infância e adolescência é relativamente nova no Brasil, uma vez que até a década de 70, quadros de ansiedade e depressão nesse grupo específico eram consideradas inexpressivos ou raros (WHO, 2012; Patias *et al.*, 2016).

No caso de adolescentes homossexuais, grande parte dos diagnósticos de sofrimento mental, tem estreita relação com a homofobia, o que contribui para alterações comportamentais e mudanças no estilo de vida. Para os autores esses adolescentes acabam ficando mais vulneráveis e expostos a inúmeras formas de violência (Natarelli *et al.*, 2015).

Diante disso, a escola possui um papel fundamental no combate ao enfrentamento da homofobia e, conseqüentemente, da violência em suas múltiplas apresentações. Para Borges *et al.* (2011, p. 36) “[...]no momento em que não nos posicionamos contra, em que, como educadores, silenciemos, também somos coniventes”

Diante desse cenário, a escola assume um papel fundamental no enfrentamento da homofobia e, por consequência, da violência em suas diversas manifestações. Como afirmam Borges *et al.* (2011, p. 36), “[...] quando não nos posicionamos contra, em que, como educadores, silenciemos, também somos coniventes”.

É preciso por a discussão em pauta, articulando as múltiplas demandas que os adolescentes trazem, na tentativa de favorecer um debate plural, fluido e comprometido com a dignidade dos sujeitos. A escola precisa se preocupar veementemente com a formação de alunos e professores, além de promover o diálogo constante com as famílias à comunidade (Roselli-Cruz, 2011).

A partir do estudo de Roselli-Cruz (2011, p.83), percebeu-se que, por exemplo, trabalhar “o uso de palavras na escola pode ser uma estratégia para o ensino da educação sexual, contribuindo para a diminuição da agressividade e da homofobia”. Em uma sociedade conservadora como a brasileira, é de se esperar que muitos obstáculos surjam, quando se trata de gênero e sexualidade, tais como religiosidade, cultura ou mesmo falta de acesso ao conhecimento.

Segundo Souza e Silva (2017) um dos principais entraves para a inclusão das diferenças sexuais na escola consiste na falta de (in)formações adequadas, visto que a maioria dos cursos de graduação e pós-graduação não contempla, de forma significativa, relacionada às temáticas da sexualidade.

Mesmo em pleno século XXI (vinte e um), abordar tais questões ainda causa estranheza e preocupação. E neste ponto, as instituições sociais, em especial a escola, precisa encarar a discussão com naturalidade, o que exige a criação e manutenção de uma cultura de diálogo contínuo, sistemático e desmistificador (Furlani, 2013).

De acordo com o trabalho de Ciribelli (2019), dois caminhos podem ser trilhados pela escola: ou ela se alinha com os discursos normatizadores, rígidos e cristalizados sobre gênero ou sexualidade, ou assume um posicionamento de resistência e reconhecimento das diferenças.

Neste último caso, é necessário que a escola, se comprometa com a problematização e reflexão construtiva, sobretudo, ocupar esse lugar dialógico, é fundamental, para promover a desconstrução e lutar por uma sociedade menos preconceituosa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do levantamento bibliográfico realizado, identificou-se que o ambiente escolar ainda é marcado fortemente por um viés normatizador e regulador dos corpos à luz da heteronormatividade e heterossexualidade compulsória. As práticas voltadas à superação desse modelo, sobretudo, atitudes de enfrentamento à homofobia e ao preconceito, ainda se mostram fragilizadas e pouco estruturadas.

Revelou-se, ainda, que essa característica normatizadora, discriminatória e excludente, é potencializada pela pedagogia do armário, que no cenário escolar, se articula com ações homofóbicas e violentas, buscando encaixar os estudantes em um perfil heteronormativo. Esse posicionamento contribui para o apagamento das diferenças e reforça uma educação singular, a qual não reconhece a pluralidade de identidades e diferenças.

Esta pesquisa permitiu compreender que, a partir das experiências escolares, a ausência de abordagens críticas sobre gênero e sexualidade favorece o adoecimento psíquico de adolescentes escolares. Aqueles que não se encaixam na lógica heteronormativa, acabam sendo vigiados com mais frequência e sendo expostos, o que pode desencadear o surgimento de quadros de ansiedade, depressão, transtorno do pânico, estresses, automutilação, ideação suicida e em casos extremos, o suicídio.

Como desafio para futuras investigações, aponta-se a necessidade de compreender e refletir sobre as narrativas de estudantes LGBTQUIA+ no ambiente escolar, na tentativa de tornar essas vozes ouvidas e reconhecer os seus corpos dentro e fora da escola.

Por fim, é fundamental que as instituições educativas, sejam em quais níveis de ensino forem, ampliem o diálogo e promovam ações comprometidas com o enfraquecimento dessa lógica heteronormativa. Esse rompimento é necessário e urgente, haja vista ser uma lógica que ainda afeta tantos espaços escolares. Faz-se necessário, também, a construção de políticas públicas que abram caminhos para práticas pedagógicas que acolham, escutem e libertem.

Promover uma educação desconstrutiva é mais do que revisar conteúdos: é transformar olhares, incentivar novas ações. É permitir que cada estudante se veja, se reconheça e se sinta digno de existir como é, pois dessa forma, poderemos formar sujeitos mais livres, conscientes e respeitosos, não apenas com os outros, mas consigo mesmos.

## REFERÊNCIAS

- AMORIM, Sylvania Maria Godoy; BRANCALEONI, Ana Paula Leivar. **Vozes abjetas: a trajetória escolar de um grupo de pessoas transexuais do interior de São Paulo**. Cadernos CIMEAC, UFTM, Uberaba – MG, Brasil- V. 9, n. 2, 2019. Disponível em: <https://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/cimeac/article/view/3074>
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís A. Reto e Augusto Pinheiro. 5 ed. Lisboa: Edições 70, 2009.
- BORGES, Zulmira Newlands *et al.* **Percepção de professoras de ensino médio e fundamental sobre a homofobia na escola em Santa Maria (Rio Grande do Sul/Brasil)**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 39, p. 21-38, jan./abr. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/5GkYjLtFdH3r85zffykqNkN/?lang=pt>
- CIRIBELLI, Carlos José; RASERA, Emerson. **Construções de Sentido sobre a Diversidade Sexual: Outro Olhar para a Educação Infantil**. Psicologia: Ciência e Profissão, 39, e175599, 1-15, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/pWwzQ3kfq4hXbNGtY8Y3nnM/?format=pdf&lang=pt>
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1977.
- FURLANI, Jimena. Educação sexual: possibilidades didáticas/ In: **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**/ Guacira Lopes Louro, Jane Felipe, Silvana Vilodre Goellner (organizadoras). 9 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Pedagogia do armário e currículo em ação: heteronormatividade, heterossexismo e homofobia no cotidiano escolar**. In: R. Miskolci & L. Pelúcio. (orgs) Discursos fora da ordem. São Paulo: AnnaBlume., 2012a.

\_\_\_\_\_. A Pedagogia do Armário: heterossexismo e vigilância de gênero no

cotidiano escolar. **Revista Educação On-line**. PUC-Rio nº 10, p. 64-83, 2012b. Disponível em: <https://educacaoonline.edu.puc-rio.br/index.php/eduonline/article/view/1723/499>

\_\_\_\_\_. Pedagogia do armário: A normatividade em ação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 7, n. 13, p. 481-498, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/320>

\_\_\_\_\_. “Temos um problema em nossa escola: um garoto afeminado demais”. Pedagogia do armário e currículo em ação. **Revista Educação e Políticas em Debate** – v. 4, n.2 – ago./dez. 2015 – Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducapoliticas/article/view/34495>

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis, RJ. Uma perspectiva pós-estruturalista. Vozes, 1997.

MOURA, Herbet César de; EMÉRITO, Maria de Fátima Barbosa. A homofobia na escola e as consequências psicossociais. **Revista FSA - Teresina** - nº 8, 2011. Disponível em: <https://www4.unifsa.com.br/revista/index.php/fsa/article/view/397>

NATARELLI, Taison Regis Penariol *et al.* O impacto da homofobia na saúde do adolescente. **Revista Brasileira de Enfermagem**;73(2): e20190270, 2020.

PATIAS, Naiana Dapieve *et al.* **Depression Anxiety and Stress Scale (DASS-21)** – Short Form: Adaptação e Validação para Adolescentes Brasileiros. *Psico-USF, Bragança Paulista*, v. 21, n. 3, p. 459-469, set./dez. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusf/a/CtJv6LTmfYxKfXzmP4j6q5g/?lang=pt>

RONDINI, Carina Alexandre; FILHO, Fernando Silva Teixeira; TOLEDO, Lívia Gonsalves. Concepções homofóbicas de estudantes do ensino médio. **Revista Psicologia USP**, volume 28, número 1, 57-71, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/R5D7SvGHJRb8DgJPGWbDr9C/?format=pdf&lang=pt>

ROSELLI-CRUZ, Amadeu. Homossexualidade, homofobia e a agressividade do palavrão. Seu uso na educação escolar. **Educar em Revista, Curitiba, Brasil**, n. 39, p. 73-85, jan./abr. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/mJjmfYKzL3cwxBbyJR4XGRt/?format=pdf&lang=pt>

SILVA, Rosimeri Aquino da; SOARES, Rosângela. Juventude, escola e mídia/ In: **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação/** Guacira Lopes Louro, Jane Felipe, Silvana Vilodre Goellner (organizadoras). 9 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

SOUZA, Elaine de Jesus; SILVA, Joilson Pereira da; SANTOS, Claudiene. **Representações de docentes acerca da diversidade sexual e homofobia**. *Estudos Feministas, Florianópolis*, 25(2): 519-544, maio-agosto/ 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/ryHtPRYzgJDtvshQjNFZhpR/?format=pdf&lang=pt>

SOUZA, Heloisa Aparecida de; BERNARDO, Marcia Hespanhol. Transexualidade: as consequências do preconceito escolar para a vida profissional. **Revista Bagoas**, n. 11., p. 157-175., 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/6548/5078>

TEIXEIRA-FILHO, Fernando Silva; RONDINI, Carina Alexandra; BESSA, Juliana Cristina. **Reflexões sobre homofobia e educação em escolas do interior paulista**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 725-742, dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/kmTgXQvS4xy98mCJ973f4kP/?format=pdf&lang=pt>

WENETZ, Ileana; SITIGGER, Marco Paulo; MEYER, Dagmar Estermann. As (des) construções de gênero e sexualidade no recreio escolar. **Rev Bras Educ Fís Esporte, (São Paulo)** Jan-Mar;27(1):117-28, 2013. <https://www.scielo.br/j/rbefe/a/pMHvx4cGnsmts8GGfVZpWjf/?format=pdf&lang=pt>

World Health Organization (WHO). **World health statistics: monitoring health for the SDGs, sustainable development goals**. 2016